

0024/0503 – ENCONTRO DE MESAS DIRETORAS, VEREADORES E SERVIDORES MUNICIPAIS: Eleições 2024, Vedações, Fiscalização e Cumprimento de Emendas Impositivas, Medidas Urgentes para Adequação à Lei Federal nº 14.133/2021, Penalidades Aplicáveis às Condutas Vedadas e Temas Relevantes

DATA DE INÍCIO: 05/03/24 DATA DE CONCLUSÃO: 08/03/24

 **PORTO ALEGRE-RS**

Local: Auditório do INLEGIS: Rua Jerônimo Coelho, 354

VEJA O TEMÁRIO DO CURSO 

IMPRIMIR

INSCREVA-SE
(HTTPS://INLEGIS.MINHACENTRALONLINE.COM.BR/CURSO/R16236)

RESERVAR HOTEL
(HTTPS://INLEGIS.COM.BR/RESERVAR-HOTEL/)

Alerta

Caso não possa comparecer no curso, cancele sua inscrição 24h antes do início. O NÃO CANCELAMENTO irá gerar uma cobrança de 50% do valor da inscrição no CPF do inscrito.



INVESTIMENTO

R\$ 990,00



CARGA HORÁRIA

Este curso tem duração de 17h aula, e será emitido certificado ao final do treinamento para quem cumprir mínimo de 75%. Os participantes do curso recebem certificado de participação. Nossos certificados podem ser usados para comprovação de horas extra curriculares em faculdades e cursos.



PROGRAMAÇÃO

14h: Credenciamento, Retirada de Material

Terça-feira:

14h – 17h: Turno de Aula

Quarta-feira:

09h – 11h:50min: Turno de Aula

14h – 17h: Turno de Aula

Quinta-feira:

09h – 11h:50min: Turno de Aula

14h – 17h: Turno de Aula

Sexta-feira:

08h:30min – 10:30h: Turno de Aula

11h: Entrega do Certificado.



PÚBLICO ALVO

Este evento é destinado a uma ampla gama de profissionais e autoridades municipais, incluindo Prefeitos, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmara, Vereadores, Assessores, Servidores Públicos, Agente Administrativo Legislativo, Chefes de Gabinete, Contadores, Tesoureiros, Técnicos Legislativos, Diretores de Departamento, Diretores de Câmaras, Secretários Municipais, membros da Comissão de Orçamento e da Comissão de Licitação, Pregoeiros, responsáveis pelo Departamento de Compras e de Pessoal, Procuradores Jurídicos, Controle Interno, Assessoria de Planejamento e Gestão, entre outros. **Fale conosco, estamos online!**



Começar uma conversa no WhatsApp



DADOS DE EMPENHO

INLEGIS - Consultoria e Treinamento CNPJ: 30.050.141/0001-80. INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 608.267.2.0 ENDEREÇO: Rua Jerônimo Coelho, 354, centro, Porto Alegre EMAIL: financeiro@inlegis.com.br FONE: 51-3015-5809

TEMAS DEBATIDOS NO TREINAMENTO

PECADOS DA LINGUAGEM, A SEREM EVITADOS EM DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS, JURÍDICOS, CONTÁBEIS E NORMATIVOS:

AULA | TERÇA-TARDE

PECADOS DA LINGUAGEM, A SEREM EVITADOS EM DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS, JURÍDICOS, CONTÁBEIS E NORMATIVOS:

O QUE DETERMINA A FORMA DE ESCREVER?

O ESPÍRITO DA ÉPOCA;

O MEIO EM QUE OCORRE.

QUALIDADES ESSENCIAIS:

CLAREZA;

OBJETIVIDADE;

CONCISÃO;

PRECISÃO.

A FORMAÇÃO DO SIGNIFICADO:

PALAVRAS;

ARRANJO DAS PALAVRAS;

UTILIZAÇÃO DE FIGURAS DE LINGUAGEM;

ORDENAMENTO DA LINGUAGEM, DIVIDINDO O TEXTO EM ITENS, SUBITENS, ALÍNEAS...;

RECURSOS DA PRAGMÁTICA (SIGNIFICADO INFERIDO);

UTILIZAÇÃO DE IMAGENS: FOTOS, GRÁFICOS, TABELAS.

O QUE É MAIS FÁCIL: ESCREVER OU FALAR?

VÍCIOS MAIS COMUNS DA LINGUAGEM JURÍDICA

INSTRUTOR



JULIANO VIEGAS

Licenciado em Língua Inglesa e Portuguesa, através das instituições de ensino superior FAPA (Faculdade Porto-alegrense) e UNIASSELVI. Leciona desde 2006 aulas de gramática, redação dissertativa e Redação Oficial para concursos públicos.

NOVA LEI DE LICITAÇÕES (LEI Nº 14.133/2021):

AULA | QUARTA-MANHÃ

NOVA LEI DE LICITAÇÕES (LEI Nº 14.133/2021):

VIGÊNCIA E EFICÁCIA DA LEI Nº 14.133/2021 – NORMAS GERAIS E EXCEÇÕES

COMPREENDENDO OS OBJETIVOS DA LICITAÇÃO DE ACORDO COM A LEI Nº 14.133/2021 E SUAS IMPLICAÇÕES NOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

DESTAQUE!

PROPOSTA MAIS VANTAJOSA X RESULTADO DE CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSO

PRINCÍPIOS E CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA NOVA LEI – O QUE MUDOU?

ELABORAÇÃO E GERENCIAMENTO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

CONCEITO/DEFINIÇÃO E OBJETIVOS;

IMPLANTAÇÃO DA NOVA LEI NOS MUNICÍPIOS:

PRINCIPAIS AJUSTES E REGULAMENTAÇÕES
NECESSÁRIAS PARA OS MUNICÍPIOS.

INSTRUTOR



JULIANO HEINEN

Procurador do Estado do RS com experiência de mais de quinze anos no tema das licitações e contratos, e doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul Vários Livros Publicados.

NORMAS GERAIS E LEGISLAÇÃO SOBRE SERVIDORES PÚBLICOS

AULA | QUARTA-TARDE

NORMAS GERAIS E LEGISLAÇÃO SOBRE SERVIDORES PÚBLICOS	TETO E ACUMULAÇÃO LÍCITAS DE CARGOS.
SERVIDORES PÚBLICOS:	IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS
AGENTES POLÍTICOS;	DESTAQUE!
SERVIDORES PÚBLICOS;	PROCEDIMENTOS E AS CAUTELAS CABÍVEIS PARA A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO, DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E DOS VEREADORES:
MILITARES;	INICIATIVA LEGISLATIVA PARA A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, DO VICE - PREFEITO DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E DOS VEREADORES;
PARTICULARES EM COLABORAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.	PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE;
CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS:	PRAZO LIMITE PARA A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS;
CARGOS DE CONFIANÇA – DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO;	INSTRUMENTO NORMATIVO / LEGAL A SER UTILIZADO;
DISTINÇÃO ENTRE CARGOS DE CONFIANÇA E FUNÇÕES DE CONFIANÇA OU FUNÇÕES GRATIFICADAS.	REGRAS LIMITADORAS DO VALOR DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES.
REGIME REMUNERATÓRIO:	ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS:
FIXAÇÃO E ALTERAÇÃO DA REMUNERAÇÃO;	O QUE OCORRE SE NÃO HOUVER FIXAÇÃO OU OCORRER A FIXAÇÃO FORA DO PRAZO LIMITE?
REVISÃO GERAL ANUAL;	É POSSÍVEL FIXAR SUBSÍDIO DIFERENCIADO DOS DEMAIS VEREADORES PARA O PRESIDENTE DA CÂMARA?
ISONOMIA REMUNERATÓRIA;	O SUBSÍDIO DO PREFEITO, DO VICE - PREFEITO, DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E DOS VEREADORES PODERÁ SER REAJUSTADO DURANTE O MANDATO OU LEGISLATURA? E AUMENTADO OU REDUZIDO?
VINCULAÇÃO E EQUIPARAÇÃO DE VENCIMENTOS.	
TETO REMUNERATÓRIO:	
EVOLUÇÃO DO TETO;	
TETO E VERBAS INDENIZATÓRIAS;	
TETO E PROCURADORES MUNICIPAIS;	

INSTRUTOR



GUILHERME STUMPF

Advogado, bacharel em direito pela UFRGS, especialista em Direito Administrativo e Gestão Pública pela Fundação do Ministério Público, mestrando em Direito pela UFRGS. Atuou como assessor da Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre entre 2017 e 2020. Atualmente, é assessor jurídico na Câmara Municipal de Porto Alegre.

VEDAÇÕES ELEITORAIS, MUDANÇAS NAS LEIS ELEITORAIS E RESOLUÇÕES DO TSE PARA O PLEITO DE 2024:

NOVO!

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2024 – VEDAÇÕES,
INELEGIBILIDADES E DESINCOMPATIBILIZAÇÃO:

CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EM ANO ELEITORAL

INELEGIBILIDADES E DESINCOMPATIBILIZAÇÃO NAS
ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024:

CONCEITOS;

REGRAS APLICÁVEIS AOS AGENTES PÚBLICOS QUE
DESEJAM CONCORRER A CARGOS ELETIVOS;

PROCEDIMENTOS E PRAZOS PARA GARANTIR A
ELEGIBILIDADE.

VEDAÇÕES E NORMAS ESPECÍFICAS PARA
CANDIDATOS MUNICIPAIS:

RESTRIÇÕES ESPECÍFICAS PARA CANDIDATOS A
CARGOS MUNICIPAIS ELETIVOS;

LIMITAÇÕES DURANTE A CAMPANHA ELEITORAL;

COMO EVITAR PENALIDADES E GARANTIR A
CONFORMIDADE.

CASOS PRÁTICOS E ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA
ELEITORAL

DISCUSSÕES SOBRE ATUALIZAÇÕES LEGISLATIVAS /
NORMATIVAS E TENDÊNCIAS:

ANÁLISE DE POSSÍVEIS ATUALIZAÇÕES LEGISLATIVAS
/ NORMATIVAS ATÉ AS ELEIÇÕES DE 2024;

REFLEXÕES SOBRE O FUTURO DAS REGRAS ELEITORAIS
MUNICIPAIS.

INSTRUTOR**CAROLINE TURRI**

Advogada formada pela PUC/RS, Especialista em Direito Público pela ESMAFE e em Direito Eleitoral pelo Verbo Jurídico, com experiência e atuação em Consultoria nas áreas de Direito Administrativo, Cível, Empresarial, Bancário e Eleitoral. Iniciou sua carreira no Escritório Campos Garcia, onde atuava na área de Direito

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO: ESCLARECENDO CONCEITOS**AULA | QUINTA-TARDE**

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

PRINCIPAIS ANSEIOS DOS AGENTES DO CI

ESCLARECENDO CONCEITOS

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

BASE LEGAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

UCCI E A PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO AO TCE - RS

AGENTE DE CONTROLE INTERNO

IMPLANTAR UCCI: O EQUÍVOCO DOS GESTORES

ATRIBUIÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

ADMINISTRAÇÃO DA TESOURARIA E DO ATIVO
DISPONÍVEL

IMPORTÂNCIA DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

ATUAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PROCEDIMENTOS BÁSICOS DE AUDITORIA

AUDITORIA NAS RECEITAS MUNICIPAIS

PONTOS DE CONEXÃO ENTRE AUDITORIA TCE - RS E AS
UCCI

TRIBUTOS MUNICIPAIS E O CONTROLE

AS UNIDADES DE UCCI E UCCIS.

AUDITORIA NA DÍVIDA ATIVA

TEMAS USUALMENTE TRATADOS NOS TRABALHOS DO
TCE/RS E IRREGULARIDADES RECORRENTES

PROCEDIMENTO DE AUDITORIA PÚBLICA DE
CONTROLE INTERNO EM LICITAÇÃO E CONTRATOS

INSTRUTOR

IMPLEMENTAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) NOS MUNICÍPIOS:

AULA | SEXTA-MANHÃ

IMPLEMENTAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) NOS MUNICÍPIOS:

ESTRATÉGIAS PARA EQUILIBRAR TRANSPARÊNCIA E PROTEÇÃO DE DADOS.

INTRODUÇÃO À LGPD NO CONTEXTO DO PODER PÚBLICO

DIREITOS GARANTIDOS PELA LGPD AOS TITULARES DOS DADOS

IMPORTÂNCIA DA EFETIVA IMPLANTAÇÃO DA LGPD NOS MUNICÍPIOS;

DESTAQUE!

OBJETIVO E FUNDAMENTOS DA DISCIPLINA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS;

DIAGNÓSTICOS A SEREM REALIZADOS PARA A IMPLANTAÇÃO DA LGPD

ABRANGÊNCIA DA LGPD;

NOVOS CONCEITOS ESTABELECIDOS PELA LGPD.

ETAPAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA LGPD

APLICAÇÃO DA LGPD NO PODER PÚBLICO:

PLANO DE AÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DA LGPD

SITUAÇÕES EM QUE A LGPD É APLICÁVEL;

SITUAÇÕES EM QUE A LGPD NÃO É APLICÁVEL.

DESTAQUES DO DECRETO INSTITUI O COMITÊ GESTOR DE PROTEÇÃO DE DADOS (CGPD) NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

TRATAMENTO E COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS POR PESSOAS JURÍDICAS DE DIRETO PÚBLICO

DESTAQUES DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – LEI Nº 12.527/2011:

INTERFACES E APARENTES CONFLITOS ENTRE A LGPD E A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI):

INFORMAÇÕES QUE DEVEM SER OBRIGATORIAMENTE DIVULGADAS

A RELAÇÃO ENTRE A LGPD E A LAI: COMPLEMENTARIDADES E DESAFIOS;

REGULAMENTAÇÃO DA LAI POR LEGISLAÇÃO LOCAL

INSTRUTOR



THAIS KRAHN

Auditora Pública Externa do TCE/RS, formada em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFSM, Especialista em Direito Tributário pela UFRGS, Chefe da Consultoria Jurídica da Metroplan – Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional, Assessora Jurídica, Diretora do Departamento de Licitações e Contratos, Diretora-Geral e Secretária de Gestão Administrativa e Modernização do Município de Canoas/RS, com larga experiência em Assessoria e Consultoria Jurídica em Direito Constitucional, Direito Administrativo e Gestão Pública.

